



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se tratam devem ser enviadas para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio.

ASSINATURAS	
As 3 séries . . .	Ano 2408
A 1.ª série . . .	908
A 2.ª série . . .	808
A 3.ª série . . .	808
	Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de \$350 a Unha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

## Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

### AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «Diário do Governo» que não tragam apostila a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo selo branco.

### SUMÁRIO

#### Presidência do Conselho:

**Declaração** — Rectifica a forma como foi publicado o decreto n.º 36:680, que autoriza a transferência de uma verba dentro do capítulo 4.º do orçamento do Ministério das Comunicações e abre créditos destinados a reforçar verbas inscritas no referido orçamento.

**Declaração** — Rectifica a forma como foi publicado o decreto n.º 36:682, que transfere verbas dentro do orçamento do Ministério da Educação Nacional e abre créditos destinados a reforçar verbas insuficientemente dotadas e a prover à realização de despesas não previstas no mesmo orçamento.

#### Ministério das Obras Públicas:

**Decreto n.º 36:734** — Autoriza o pagamento de remunerações por trabalhos extraordinários durante o ano económico de 1948 nos serviços da Divisão de Dragagens, da Direcção dos Serviços Marítimos, da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos.

#### Ministério das Colónias:

**Portaria n.º 12:266** — Manda emitir e pôr à venda na colónia da Guiné selos de franquia postal com motivos da referida colónia.

#### Ministério da Economia:

**Decreto n.º 36:735** — Admite até ao fim do ano de 1948 a tolerância de 1 grau na acidez do azeite alimentar em relação à estabelecida no decreto n.º 17:774.

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

#### Secretaria

Declara-se, para os devidos efeitos, que no original, arquivado nesta Secretaria, do decreto n.º 36:680, publicado pelo Ministério das Finanças, Direcção Geral da Contabilidade Pública, no *Diário do Governo* n.º 293,

1.ª série, de 18 de Dezembro último, está escrito no artigo 4.º:

Capítulo 1.º, artigo 28.º, n.º 1) «Material de consumo de exploração» . . . . .

e não:

Capítulo 1.º, artigo 25.º, n.º 1) «Material de consumo de exploração» . . . . .

como, por lapso, saiu no referido *Diário do Governo*.

Secretaria da Presidência do Conselho, 23 de Janeiro de 1948. — O Chefe da Secretaria, *Manuel José Francisco de Almeida Castelo Branco*.

Declara-se, para os devidos efeitos, que no original, arquivado nesta Secretaria, do decreto n.º 36:682, publicado pelo Ministério das Finanças, Direcção Geral da Contabilidade Pública, no *Diário do Governo* n.º 294, 1.ª série, de 19 de Dezembro último, está escrito, no artigo 3.º:

Ministério da Educação Nacional

Capítulo 3.º, artigo 665.º, n.º 1), alínea b) . . . . .

e não:

Ministério da Educação Nacional

Capítulo 3.º, artigo 665.º, n.º 1) . . . . .

como, por lapso, foi escrito na cópia enviada à Imprensa Nacional para publicação no referido *Diário do Governo*.

Secretaria da Presidência do Conselho, 23 de Janeiro de 1948. — O Chefe da Secretaria, *Manuel José Francisco de Almeida Castelo Branco*.

### MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

#### Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos

#### Direcção dos Serviços Marítimos

#### Divisão de Dragagens

#### Decreto n.º 36:734

Tendo em atenção a natureza dos serviços da Divisão de Dragagens, da Direcção dos Serviços Marítimos, da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos;

Atendendo ao disposto no § 5.º do artigo 6.º do decreto n.º 13:872, de 1 de Julho de 1927, e § 2.º do artigo 1.º do decreto n.º 19:478, de 18 de Março de 1931;